



Filho e Marcola põem Lula na defensiva

Ao ser sabatinado no Jornal Nacional, tom irritado do presidente mostra o quanto os episódios relacionados a Lulinha e ao ex-chefe de Gabinete o desestabilizam

» PEDRO JOSÉ BORGES

Apesar de reafirmar que não irá interferir em eventuais investigações envolvendo seu filho, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha — acusado de tráfico de influência no governo —, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou visivelmente irritado com a série de perguntas feitas na sabatina de ontem, no Jornal Nacional, na Rede Globo. Mesmo afirmando que o noticiário sobre o caso tem trazido apenas “ilações, ilações e ilações tiradas de telefonemas” e que Lulinha “não tem o direito de errar”, deixou claro o desconforto com o tema e, também, com as denúncias relacionadas ao seu ex-chefe de Gabinete, Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola.

Para Lula, seu filho deverá responder na Justiça, como qualquer outro cidadão, caso fique comprovado que ele e a lobista Roberta Luchsinger aproveitaram-se de contatos no governo para fechar negócios. “Não sou do Ministério Público, não sou delegado, não sou juiz. Sou presidente da República e pai do Fábio. Se o Fábio cometeu qualquer ilícito, terá que pagar como qualquer cidadão brasileiro que comete ilícito”, garantiu.

Reprodução/TV Globo



Acho que estava na hora (de mudar de assunto), porque estava parecendo que eu estava no Ministério Público”

Presidente Lula, demonstrando incômodo com as perguntas da sabatina

somente o próprio Fábio poderia esclarecer o que aconteceu. “Com meu filho vai acontecer a mesma coisa. Só ele sabe a verdade. Se ele fez erro, pagará. Não existe outro jeito”, afirmou.

“Não é adequado”

Sobre Marcola, questionado se seria adequado o chefe de gabinete receber recursos e joias, como apontado pelas investigações, o presidente afirmou que “é totalmente errado”. “Não é adequado, é totalmente errado e o Marcola sabe disso, porque não é esse o papel do chefe de gabinete”, explicou, acrescentando que o chefe de Gabinete poderia ter falado com ele se estava com problemas financeiros.

Lula afirmou que decidiu ir para cadeia porque queria provar que o o ex-juiz Sergio Moro e

o ex-procurador Deltan Dallagnol eram mentirosos. Para o presidente, a imprensa comprou esse discurso e deveria se desculpar pelos erros na cobertura da Lava-Jato.

“Poderia ter saído do Brasil, mas defendi ir para a cadeia porque quero provar que o Moro é mentiroso, quero provar que o Dallagnol é mentiroso e quero provar que a imprensa um dia vai pedir desculpas. A imprensa sabe que produziu um monstro mentiroso chamado Moro, chamado Dallagnol. Não esqueço do Power-Point mentiroso contra mim. Não esqueço”, reagiu.

Quando a entrevistadora resolveu mudar o tema das perguntas sobre investigações de aliados de Lula para a questão das contas públicas e ajuste fiscal, o presidente deixou claro o incômodo com as perguntas.

“Acho que estava na hora, porque estava parecendo que eu estava no Ministério Público”, criticou.

Lula foi abordado sobre educação, déficit e segurança pública. Sobre o primeiro tema, disse que seu governo tem uma grande preocupação com o ensino e a formação de professores. No caso das contas, colocou em dúvida as medidas que são cobradas do governo. No caso do combate à criminalidade, novo incômodo. Confrontado com a informação de que o PT governa a Bahia há 20 anos e que, hoje, o estado conta com cinco das 10 cidades mais violentas do Brasil, afirmou que nenhum governador conseguiu resolver o problema da segurança pública.

“Ninguém consegue resolver. Só vai conseguir se a gente tiver muito investimento inteligente. É isso que eu quero fazer”, afirmou.

Flávio e Cunha prometem apoio mútuo

» DANANDRA ROCHA

O candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, declarou apoio à candidatura do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (Republicanos-MG) a deputado federal. Em um vídeo publicado nas redes sociais, os dois aparecem juntos e o filho 01 recupera o papel do ex-parlamentar na abertura do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2015.

“Foi aquele que abriu os olhos da população brasileira e derrubou a Dilma”, afirmou. Cunha, por sua vez, declarou apoio à candidatura de Flávio ao Palácio do Planalto.

O ex-deputado tenta retornar à Câmara dos Deputados, agora por Minas Gerais — ele representava o Rio de Janeiro —, 10 anos depois de ser cassado. À época, ele era presidente da Casa e teve papel central na tramitação do processo que levou ao afastamento de Dilma. Em abril de 2016, o plenário da Câmara autorizou a abertura do processo por 367 x 137. Meses depois, em 31 de agosto, o Senado aprovou o impeachment.

A relação de Cunha com o processo, porém, não impediu sua queda. Em setembro, os deputados cassaram seu mandato por 450 x 10 por de quebra de decoro devido às declarações prestadas por ele à CPI da Petrobras sobre a existência de contas no exterior.

Instagram pessoal/Eduardo Cunha



Filho 01 apresentou o ex-deputado como aquele que “derrubou a Dilma”

A trajetória política do ex-deputado também foi marcada pelas investigações da Operação Lava-Jato. Depois de perder o foro privilegiado, Cunha foi preso em outubro de 2016. Condenado em diferentes processos, decisões posteriores anularam ou determinaram a remessa de algumas ações para

outras instâncias. O ex-presidente da Câmara tem uma cadeia de rádios em Minas Gerais, que ajuda a alavancar a candidatura.

O apoio de Flávio ocorre enquanto o candidato do PL busca ampliar a presença em Minas e consolidar alianças com lideranças da direita. Cunha também tem

uma trajetória de articulação política construída durante os anos em que ocupou posições de destaque na Câmara.

Como o pai

Flávio reproduz uma estratégia associada ao pai: a transmissão ao vivo pelas redes sociais, às quintas-feiras, seguindo o modelo adotado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele adotou a estética informal que marcou as transmissões. Ao lado, a coordenadora de economia da campanha, Daniella Marques.

Na transmissão, Flávio concentrou parte da fala nas denúncias de descontos indevidos em benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e nas suspeitas envolvendo Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “O escândalo do INSS chegou dentro do gabinete do Lula”, afirmou. Também acusou o governo de utilizar a estrutura pública em benefício da família do presidente.

Flávio também falou sobre segurança pública, reforma tributária, soberania e Amazônia. Ao tratar da violência, afirmou que “narcoterroristas vão ser tirados de circulação” caso seja eleito.

A transmissão terminou com uma convocação para o ato de Sete de Setembro, marcado para as 15h, na Avenida Paulista, em São Paulo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula dobra aposta na economia do afeto e na aliança com Alcolumbre e Motta

A “economia do afeto”, conceito formulado pelo historiador Alberto Aggio para explicar uma das características centrais da cultura política do lulismo, talvez seja a melhor chave para compreender os movimentos recentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em busca da reeleição. Trata-se de uma relação de reciprocidade entre ele e os setores populares, construída pelo reconhecimento simbólico, pela identificação pessoal e por políticas que produzam benefícios concretos no cotidiano.

É essa lógica que conecta iniciativas aparentemente distintas, como o fim da escala 6 x 1; a redução da chamada “taxa das blusinhas”; a renegociação de dívidas com cartões de crédito e outras medidas voltadas para renda, consumo e qualidade de vida. Lula procura reconstruir a percepção de que seu governo melhora a vida dos “de baixo”. Ao mesmo tempo, isso depende da aliança pragmática com o Centrão, materializada na aproximação com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

No seu livro *A Construção da democracia no Brasil* (Fundação Astrojildo Pereira/Annabrumbe), ao analisar a política brasileira de 1985 a 2025, Aggio identifica três dimensões da cultura política petista: o rechaço à política tradicional, a economia do afeto e a cultura da escolha racional. A aparente contradição entre elas explica as “metamorfoses” de Lula. O partido que nasceu denunciando a “velha política” passou a operar suas engrenagens. Entretanto, Lula negocia com partidos de centro e direita sem perder conexão emocional com sua base popular.

Essa combinação será levada ao limite na nesta campanha de 2026. O pacto com Alcolumbre e Motta ultrapassa as conveniências eleitorais no Amapá e na Paraíba, respectivamente, e ganha dimensão nacional. Formou-se uma “troika” para preservação do poder no Executivo e no Congresso. Os resultados começaram a aparecer. Depois de meses parada no Senado, a proposta que extingue a escala 6 x 1 voltou a andar. Omar Aziz (PSD-AM) decidiu manter o texto aprovado pela Câmara, para matéria não retornar aos deputados.

A proposta reduz gradualmente a jornada semanal de 44 para 40 horas e assegura dois dias remunerados de descanso. Poucas bandeiras possuem capacidade semelhante de produzir identificação entre Lula e os trabalhadores de menor renda. Segundo dados do Ipea, 80% dos trabalhadores submetidos a jornadas superiores a 40 horas recebem até dois salários mínimos e 90%, até três. O benefício concentra-se justamente no eleitorado em que a economia do afeto tem mais repercussão eleitoral.

Endividamento

Movimento semelhante ocorre com a “taxa das blusinhas”. A medida provisória editada pelo governo zerou o imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50. Após reunião de Lula com Alcolumbre e Motta, o Congresso antecipou a instalação da comissão mista encarregada de analisar a MP. A medida tem forte apelo entre consumidores de menor renda, ao reduzir impostos sobre compras, embora enfrente resistência da indústria nacional e riscos para a produção e o emprego.

Mais uma vez, Lula aposta na transformação de demandas econômicas imediatas em vínculos políticos. Existe, entretanto, uma diferença fundamental entre 2026 e outras eleições: Lula não controla o comportamento da economia. Os números são contraditórios. O mercado de trabalho permanece forte. O desemprego caiu para 5,3% no trimestre encerrado em julho, menor nível para o período desde o início da série histórica, em 2012. São 103,3 milhões de ocupados e 39,4 milhões de empregados com carteira assinada no setor privado.

O IPCA-15 caiu 0,40% em agosto e acumulou 4,24% em 12 meses, devido principalmente a fatores pontuais: o bônus de Itaipu nas contas de luz e as quedas de combustíveis e passagens aéreas. A inflação de serviços, porém, permanece resistente. O maior problema está no crédito. Com a Selic a 14% ao ano, o nível continua restritivo para consumidores e empresas. Soma-se a isso a questão fiscal. O governo central acumulou déficit primário de R\$ 81,3 bilhões entre janeiro e julho, e se projeta um déficit de aproximadamente R\$ 59,1 bilhões, em 2026.

É no orçamento doméstico, porém, que aparece o maior risco eleitoral. Em julho, 82% das famílias brasileiras estavam endividadas. Quase 30% tinham contas atrasadas e as famílias endividadas comprometiam, em média, 29,5% da renda mensal com pagamentos. O cartão de crédito estava presente em mais de 85% dos casos. A pressão já chegou às empresas. Grandes redes varejistas precisaram reestruturar mais de R\$ 68 bilhões em dívidas nos últimos dois anos e meio. Juros elevados, crédito restrito, endividamento dos consumidores e transformação estrutural provocada pelo comércio eletrônico formam uma combinação perigosa. É aí que a centralidade da democracia pode fazer a diferença.

É ESSA LÓGICA QUE CONECTA INICIATIVAS APARENTEMENTE DISTINTAS, COMO O FIM DA ESCALA 6 X 1 E A RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS COM CARTÕES DE CRÉDITO